

Imaginar Cabo Verde a partir da imagem do Brasil

Víctor Barros é bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian no Programa de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Resumo

As representações discursivas constituem sempre construções históricas das épocas e dos actores que as animam em função de determinadas funcionalidades que lhes são demandadas a cumprir. Ensaia-se a partir deste título o inquérito analítico sobre a problemática da construção de alguns dos discursos intelectuais caboverdianos que, durante o Estado Novo salazarista, puseram em destaque uma determinada representação de Cabo Verde a partir da adopção e da interiorização imaginária da imagem do Brasil como paradigma imagético de consubstanciação da obra colonial portuguesa. Assim, o exercício reflexivo orienta-se no sentido de demonstrar as correlações entre a imaginação daquilo que se pensava em Cabo Verde (a partir dos postulados lusotropicalistas) sobre o Brasil e, simultaneamente, deste como exemplo de que se poderia servir para se imaginar e representar a historicidade identitária caboverdiana, com todos os efeitos hermenêuticos perversos que uma comparação estribada na importação de modelos teóricos explicativos poderá suscitar.

Palavras-chave

Cabo Verde, Brasil, representação, colonial, identidade.

Abstract

The discursive representations always form historical constructions of the era and actors that are part of them and fulfill certain functionalities required from them. In this article we intend to analyze the discourse forged in Cape Verde during Salazar's colonial regime by adopting the imaginary of Capeverdean intellectuals regarding Brazil to represent the image of colonial Cape Verde. From this perspective, our reflection pretends to demonstrate how the image of Brazil, influenced by the lusotropical ideas, was in Cape Verde emphasized as a paradigm for adjusting and defining the representation of Cape Verde's identity, with all the problematic hermeneutical consequences that a comparison leaning on importing explanatory theoretical models may bring up.

Key words

Cape Verde, Brazil, representation, colonial, identity.

Considerações iniciais

Não há dúvidas que, em parte, a noção de especificidade caboverdiana se encontra profundamente ancorada e abrigada nas invenções coloniais da ideia de um arquipélago que outrora foi imaginado como um prolongamento de Portugal, um apêndice cultural e civilizacional da metrópole colonizadora; isto é, uma província portuguesa construída em pleno trópico, uma prova real da extensão de Portugal e das adaptações que a suposta universalidade da identidade lusa ganhava nos trópicos. A ideia de Cabo Verde como caso especial atrela muito nestas mitificações coloniais que quiseram apresentar o arquipélago como um dos exemplos bem sucedidos da colonização portuguesa nos trópicos, um caso semelhante ao que foi a “criação” do Brasil. É a partir destas perspectivas que encontramos alojadas algumas das reminiscências construtoras do mito da especificidade caboverdiana. Esta ideia foi embalsamada por um tipo de linguagem, produzida e divulgada tanto na metrópole como na colônia, sobre a ilusória ideia de Cabo Verde como uma prova da riqueza do domínio português, assim como a susceptível importância que a sua população assumia na “alma colectiva” e na “civilização portuguesa”. Neste caso, Cabo Verde não constituía uma consequência da imprevisibilidade que os processos históricos imprimem na formação das sociedades humanas mas, simplesmente, um resultado dos efeitos que a adaptação portuguesa produzia na sua especial “capacidade” de contacto com os povos colonizados. Para o discurso colonial, o arquipélago revelava ser uma prova viva e material daquilo que era a verdadeira “vocaçao colonial” de Portugal. Assim, por referência ao Portugal metropolitano enquanto depositário dos valores universais, Cabo Verde era discursivamente considerado, entre as colônias africanas, como o melhor resultado da transmissão dos valores da civilização aos povos colonizados: “trata-se, por conseguinte, de uma das melhores provas da excelência dos processos portugueses de colonização, sem o valor dos quais dificilmente se compreenderia que tivéssemos criado o Brasil e que possamos falar de um Portugal Ultramarino” (OLIVEIRA, 1955, p.22).



Selo ilustrativo das ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde

Mais do que o simples exercício de descrever Cabo Verde nos meios coloniais metropolitanos, estava também subjacente a pretensão política e colonial de tentar revelar, de forma pública, uma ideia que se pretendia expor para ser reconhecida como verdade: a verdade de que existia em Cabo Verde uma população portuguesa,

absolutamente portuguesa, e tão portuguesa como a das ilhas adjacentes, para não dizer como a do Portugal continental (OLIVEIRA, 1928, p.54). Se por um lado estava sempre presente a percepção do papel económico periférico que o arquipélago desempenhava na produção colonial, manifesta na ideia de Cabo Verde como um “campo estreito” para actividades coloniais, e de não se fazer tanto notar no meio da discussão dos problemas coloniais suscitados pela Guiné, Angola, Moçambique e São Tomé, por outro lado, esta particularidade não invalidava o seu reconhecimento como “ilhas de raça” ou de “civilização” portuguesa. Por esta razão se considerava que, a lição colonial e cívica de Cabo Verde, pequena que fosse pelo seu aspecto material, era muito grande como exemplo de uma obra notável, realizada por um povo assimilador como poucos, num arquipélago de condições económicas deficientes e afectado constantemente por crises (LOPES, 1931).

Contudo, a grande demarcação da imagem de Cabo Verde do quadro preenchido pelas demais colónias portuguesas estava também fortemente ancorada na suposta elaboração de um mito primordial de origem, que se inicia com a transladação daqueles “filhos da África” para o arquipélago e que refere que, para além de se terem cruzado com os colonos portugueses, os caboverdianos adquiriram os hábitos europeus e adaptaram-se à “civilização” de forma que, da “primitiva origem conservam apenas, uns mais outros menos, a cor” (OLIVEIRA, 1928, p.71). Indirectamente, esta constitui uma versão colonial, romântica e simplista dos mitos de origem do caboverdiano que, por força da missão portuguesa, recebeu o legado da “civilização”. Por isso, se a concepção de uma aparente “mentalidade civilizada” (para o caso brasileiro) reflectia o “orgulho” e o “prestígio do carácter português”, também não era menos verdade que Cabo Verde constituía em África, a “sentinela do portuguesismo” (OLIVEIRA, 1928, p.71). Daí que, associada à sua dimensão atlântica, insistia-se também no aspecto valorativo da sua população (“rica de recursos de inteligência”) (apud NETO, 2008, p.324) e das suas manifestações culturais estarem supostamente próximas das da metrópole. Por esta razão, não admira que, na representação colonial do conjunto total dos antigos territórios ultramarinos, os habitantes de Cabo Verde se afigurassem na posição mais elevada da hierarquia existente (MATOS, 2006, pp.66). Assim, estava em processo de construção mais uma representação do Cabo Verde colonial que, mais do que tentar firmar a sua especificidade, não poupava a investida de afastamento imaginário da sua representação como colónia profundamente africana, em benefício da ideia de um Cabo Verde como manifesto exemplo de prolongamento dos valores que a metrópole tanto reivindicava como estando inscritas na “essência orgânica” legitimadora da sua missão histórica de possuir colónias e civilizá-las: daí, a suposta aproximação “civilizacional” do arquipélago à metrópole. Por vezes, pretendia-se desconsiderar certos limites de representação, com o intento de que a ideia de especificidade servisse de justificação para alimentar a simples pretensão discursiva de considerar que os caboverdianos deviam ser vistos e considerados portugueses.

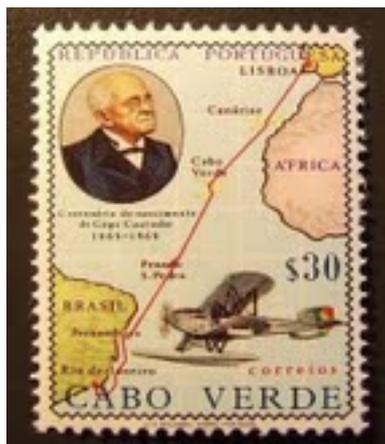
Outro contexto referencial que esteve na base da construção da imagem do arquipélago foi a tentativa de explicitação da experiência de mestiçagem. Assim, colada à imagem da mestiçagem vinha a referência a Cabo Verde como o único exemplo que se assemelhava ao milagre que foi a criação do Brasil. Tal como o Brasil, a especificidade caboverdiana teria resultado das virtualidades do processo português, insistindo-se muito na paridade entre Cabo Verde e o Brasil que, em termos de resultados da acção colonizadora, apenas se diferenciavam em escala: daí, a imagem de Cabo Verde como

uma espécie de “Brasil miniatural” (NETO, 2007, p.99).

O mito da especificidade caboverdiana: o “Portugal crioulo” e o “Brasil miniatural”

Nos inícios da década de 1930, a ideia de especificidade de Cabo Verde começa a ganhar outras dimensões analíticas no interior deste pequeno espaço insular. Tudo indica que algumas representações de Cabo Verde que estavam a ser propaladas nos meios coloniais portugueses, antes e durante o Estado Novo, foram bem acolhidas no arquipélago por uma elite letrada que, sem demoras, se deu também ao trabalho de reproduzi-las e mobilizá-las em torno dos fundamentos políticos, sociais, culturais e identitários que podiam ajudar a imaginar e a definir o “lugar” de Cabo Verde no contexto do mundo colonial português (BARROS, 2008, pp.193-217). Um exemplo bem evidente deste facto pode ser encontrado na publicação, já em 1931, de um texto de Baltasar Lopes cujo título plagia um outro título de um texto de conferência que Osório de Oliveira tinha apresentado em 1928. Verdade incontestável é o facto de o plágio do título ter sido uma opção propositada, uma vez que Baltasar não deixa de convocar e declarar o seu conhecimento em relação à conferência de Osório de Oliveira (que ele caracteriza de “magnífica”) e que tinha dado origem ao texto em 1928. Além de plagiar o título, Baltasar exuma e parafraseia algumas das temáticas que tinham sido afloradas por Osório, sem deixar de referir e corroborar que, incontestavelmente, os seus pontos de vista mereciam ser meditados e estudados; por isso, não descurou de lembrar que teria outras oportunidades e lugares para fazer as justas referências aos pontos de vista de Osório (LOPES, 1931).

O recurso ao Brasil como exemplo e legítimo representante da “civilização” portuguesa no novo mundo não deixou de constituir também uma forma de enaltecimento da virtude lusitana na sua construção. Ao celebrar o exemplo do Brasil como campo avançado da civilização lusa fora da Europa, o discurso colonial não escamoteava a sua pretensão de pôr o foco naqueles que “civilizaram” e nas permanentes heranças que sustentavam as afinidades entre Portugal e as extensões por ele colonizado (PAREDES, 2007). No caso caboverdiano, o discurso é colocado com o mesmo enfoque, insistindo-se sempre na exclusividade das virtudes da obra colonizadora da metrópole na formação do Cabo Verde colonial. Sendo assim, podemos assegurar que, no contexto da história da colonização portuguesa, tanto o Brasil como Cabo Verde beneficiavam de uma certa imagem por serem considerados espaços de “civilização”, isto é, espécie de espaços fecundos de réplica dos valores e das virtudes lusas, verdadeiras sentinelas da tenacidade portuguesa no além-mar: o Brasil na América e Cabo Verde em África. Contudo, o exemplo do Brasil como exemplo máximo da constância da obra colonial portuguesa foi, posteriormente, reivindicado para o caso caboverdiano. Por exemplo, em 1931, foi declarado que se falava muito do Brasil, ao mesmo tempo que não se receava em assumir que “o exemplo caboverdiano é ainda mais eloquente do que o do Brasil, porque este é um país de exuberantes recursos naturais, onde o trabalho é facilmente recompensado, ao passo que Cabo Verde, com as suas condições deficientes, mais realce dá aos resultados nele obtidos, porque estes se devem, em mais alto grau, à persistência e às qualidades de assimilação da raça portuguesa” (LOPES, 1931). Como demonstraremos mais adiante, esta ideia será posteriormente reforçada, em 1940, pela posição segundo a qual, Cabo Verde antecipa e precede no seu processo, a realização do Brasil, a uma escala mais reduzida.



Selo ilustrativo da travessia aérea do Atlântico

Dois factores são fundamentais para percebermos aquilo que nos propomos designar de construção hermenêutica do mito de especificidade do qual, ainda hoje, somos tributários e herdeiros: primeiro, a revista *Claridade* (surgida no arquipélago em 1936) que deu continuidade à elaboração e serviu de veículo de reprodução, de fundamentação e de propagação de determinadas representações sobre Cabo Verde; segundo, a adesão precoce e a paulatina apropriação (por parte de alguns intelectuais) em Cabo Verde das ideias matriciais de Gilberto Freyre lançadas, primeiramente, na *Casa Grande & Senzala*, em 1933, e, posteriormente, desenvolvidas e convertidas em lusotropicalismo nos anos subsequentes. Com isto queremos dizer que em Cabo Verde, tanto a revista *Claridade* como também as ideias de Freyre, que viriam a ganhar contornos de corpo teórico, andaram de mãos dadas desde os seus primeiros momentos (SILVESTRE, 2002, pp.63-103; BARROS, 2008, pp.193-217). Embora a *Casa Grande & Senzala* tenha surgido na sua primeira edição em 1933, num primeiro momento, as ideias do sociólogo brasileiro foram acolhidas com algum receio pelos meios intelectuais portugueses (ALEXANDRE, 1979, pp.7-8; CASTELO, 1998). Entretanto, em Cabo Verde, a revista *Claridade* revelou-se, desde o início, uma fiel seguidora dos postulados de Freyre, principalmente na utilização de alguns dos seus conceitos e modelos explicativos que poderiam ajudar na explicitação teórica dos fundamentos que eram expostos no exercício de interpretação da realidade sociocultural do arquipélago, através dos textos de carácter ensaísticos de pendor mais sociológico, etnográfico e antropológico, publicados naquela revista (BARROS, 2008, pp.193-217). Aliás, na antecâmara dos fundamentos que viram a ser desenvolvidos nalguns textos da *Claridade* a partir de 1936, Baltasar Lopes tinha alertado, já em 1931, para o facto de nesta data estar apenas a pôr o problema em equação, tendo em conta que, em artigos posteriores, tentaria a sua solução, as suas bases e a sua justificação com a lição tirada da etnologia, do folclore, da cultura e dos costumes do povo daquelas ilhas (LOPES, 1931).

Como referimos anteriormente, alguns discursos sobre o Cabo Verde colonial já procuravam apregoar a imagem da sua especificidade, estribados na representação do arquipélago como uma espécie de extensão da metrópole mas com características especiais e regionais. No entanto, é sobretudo a partir da década de 1930 que algumas destas representações se instalam e são internamente desenvolvidas sob argumentos bem arrojados e sustentados pelos exemplos de estudos sobre as múltiplas dimensões do folclore caboverdiano dados a lume nalguns ensaios da *Claridade*. Por isso, a partir de 1936, assiste-se a um novo desenrolar de uma construção teoricamente fundamentada sobre algumas figurações do arquipélago dentro do mundo colonial português. Este

novo desenrolar caracteriza-se, fundamentalmente, por um constante trabalho de justificação de determinadas representações sobre o arquipélago, através da apropriação teórica e do manuseamento hermenêutico que alguns ensaios sobre a realidade social, cultural e histórica do arquipélago, publicados na *Claridade*, faziam de alguns dos enunciados que estavam a ser desenvolvidos por Gilberto Freyre. Resulta daí o processo de construção hermenêutica interna da ideia de especificidade. Neste caso, importa ter sempre presente o sentido em que a ideia de especificidade é insuflada como instrumento demarcatório de construção de uma imagem sobre o arquipélago, passível de valorizar o seu nível cultural e “civilizacional” e, subseqüentemente, enaltecer a virtude lusitana na sua criação. Por isso, pretendemos destacar, fundamentalmente, o jogo discursivo colocado ao serviço da busca de comprovação de certas representações sobre o arquipélago, tomadas já como adquiridas, mas insufladas por um corpo teórico-interpretativo que lhe serviu de bálsamo. É nesta sequência que, a partir de 1936, a revista *Claridade* se revela como um apologético instrumento ao serviço da reprodução e, sobretudo, da formatação daquilo que, ainda hoje, constitui a imagem contemporânea de Cabo Verde.

Tal como já referimos, não podemos negar a força que as primeiras ideias versadas na Casa Grande & Senzala tiveram na tentativa de explicitação de alguns aspectos da realidade do arquipélago, influências essas que ficaram manifestas nalguns textos iniciais da *Claridade*, a ponto de o primeiro número da revista (Março de 1936) ser bem elucidativo deste facto. Por exemplo, num ensaio escrito, João Lopes tenta explicar a fisionomia cultural do arquipélago, considerando pertinente o recurso ao paradigma dos ensaístas brasileiros (tendo em conta a insuficiência de materiais de estudo que permitam refazer a história económica e social das ilhas) e preencher as lacunas com ilações tiradas da situação actual e subsidiariamente dos estudos levados a efeito no Brasil, para a explicação do fenómeno brasileiro, onde também actuaram os dois factores capitais da formação de Cabo Verde: o europeu e o afro-negro (LOPES, 1936, p.9). Por esta razão, João Lopes é peremptório em subsidiar-se de Gilberto Freyre, para justificar a sua ideia de “fisionomias antagónicas” e da diferença entre Santiago e as demais ilhas do arquipélago (sobretudo do grupo Barlavento), perante o processo “das consequências da miscigenação e da interpenetração de culturas que marcaram a acção do colonizador português”, sustentando assim que a “evolução” deveria ser entendida em função daquilo que já foi exposto por aquele sociólogo (LOPES, 1936, p.9).

Outro exemplo da omnipresença dos enunciados da Casa Grande e Senzala está patente na exaltação do modelo português de colonização perante os demais, sobretudo o inglês, nas suas relações com os povos coloniais. Sobre esta questão, Freyre expõe na Casa Grande e Senzala que “na falta de sentimento ou de consciência da superioridade da raça, tão evidentes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé” (FREYRE, 2003, p.197). Nesta mesma perspectiva, João Lopes também exalta o modelo português de colonização em contraposição com os “(...) colonizadores anglo-saxónicos que, sempre munidos da piedosa Bíblia protestante, asfixiaram moralmente o pobre negro em nome da grande Civilização, apertando-o nas tenazes da colour line, e não permitindo que ele se evadisse desse compartimento estanque”. Por esta razão, é categórico em rematar que “o facto positivo é a criação em Cabo Verde de um ambiente de grande liberdade humana, nascida desse processus sui generis absolutamente portuguez...” (LOPES, 1936, p.9). Porém, na abordagem à experiência histórica de Cabo Verde, a exaltação do modelo português de colonização

não está circunscrita aos textos de João Lopes. Também Osório de Oliveira presta tributo à mesma ideia, ao salientar que “o alto nível mental dos caboverdeanos é, há muito, uma das maiores provas da excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora” (OLIVEIRA, 1936, p.4). Neste caso Cabo Verde seria uma espécie de campo avançado das virtualidades da “civilização” portuguesa em África.

Não restam dúvidas de que a representação discursiva de Cabo Verde como um processo *sui generis*, absolutamente português, moldou o mito da sua especificidade, uma vez que se considerava que as ilhas do arquipélago, apesar de serem africanas, tinham alcançado determinados níveis de adaptação cultural que as distanciava dos níveis de primitivismo conotados com a África continental. Por exemplo, esta asserção está bem presente num dos textos de Manuel Lopes publicados na *Claridade*, onde ele assevera sobre a vulgaridade com que se viam desembarcar nestas ilhas africanas muitos estrangeiros sedentos de exotismo e imbuídos daquela curiosidade de quem estava a pisar terras de África e, por conseguinte, de mistério. Entretanto, ao cabo de meia hora de cirandagem, tornavam a embarcar, desiludidos e azedos, porque nada de novo colheram, nenhum mistério desvendaram: “não viram manipansos, não assistiram sequer a uma sessão de magia negra” (LOPES, 1936, p.5). Parece aqui bastante explícito que o discurso da especificidade caboverdiana é produzido também em função dos limites de demarcação daquilo que se concebia como “civilização” ou “barbárie”; tudo isto porque a ideia de especificidade estava também a ser suportada tanto pelo argumento da quase inexistência do elemento não europeu na cultura das ilhas, como também pela ideia de que as reminiscências “selvagens” (entenda-se, as heranças culturais africanas) passaram por um processo de adaptação. Daí, pensava-se que, culturalmente, Cabo Verde constituía o reflexo da força e do predomínio do elemento europeu luso, que se conseguiu impor no arquipélago em detrimento do africano. Por esta razão, o mito da especificidade vive também de uma perspectiva romântica que, sem recusar as heranças dos elementos africanos na constituição da sociedade e da cultura das ilhas, sobrevaloriza a imagem de Cabo Verde em relação a África sob a justificação da chegada das ilhas ao nível de adaptação e de aceitação da cultura europeia. Esta asserção é válida para considerarmos que estamos perante a valorização da aculturação, mas somente na sua vertente de assimilação de cultura europeia, como também é válida para considerarmos que toda a problemática social e cultural do arquipélago estava a ser colocada tanto em função da linguagem da nação colonizadora como também por referência à cultura da metrópole. Sendo assim, “o colonizado ter-se-á tanto evadido da selva quanto tiver feito seus os valores culturais da metrópole” (FANON, 1975, p.32).

É curioso verificar que, de forma cada vez mais insistente, se patenteava a sobrevalorização de Cabo Verde no contexto do mundo colonial português como a extensão do além-mar onde foi bem fecunda a acção disseminadora dos valores da “civilização lusa”. Sendo assim, a representação de Cabo Verde como colónia depositária das virtudes lusas representava também a tentativa de fazer corresponder os supostos resultados da acção colonizadora portuguesa no arquipélago com a sua pertença ao império; isto é, tentar asseverar a sua criação social e cultural a partir da acção de cinco séculos da colonização e, automaticamente, adequar a sua imagem como consequência daquilo que se pensava constituir o destino e a missão histórica portuguesa de colonizar. Tal como tinha sido declarado em 1931, “Cabo Verde representa um exemplo formidável para a justificação do direito de Portugal a ter

colónias” (LOPES, 1931). Assim, ao reivindicar a especificidade caboverdiana por referência à metrópole, o discurso colonial acabava por celebrar o próprio império e toda a sacralidade da missão colonial que era veiculada pela ideia de uma metrópole que fazia cumprir a sua própria essência orgânica como nação. Por isso, se é verdade que a identidade nacional da metrópole se encontrava insuflada pela força da sacralidade do império, também não é menos verdade que a ideia da especificidade caboverdiana não deixava de ser também um discurso de celebração desse mesmo império. Em termos simples, significa dizer que a sobrevalorização de Cabo Verde no contexto do mundo colonial português ia (ou tentava pelo menos ajustar e corresponder) ao encontro daquilo que constituíam os discursos sobre o império, principalmente, de um império que também se queria extensivamente manifesto na pretensa vocação universal dos seus valores que se desejavam ver expandidos e reproduzidos nas suas periferias coloniais, como forma de fazer disseminar Portugal em todas as latitudes do império. Por exemplo, em 1940, sob o discurso apoteótico de exaltação da manifesta portugalidade da comunidade cultural das ilhas, ficou celebrado a designação de Cabo Verde como Portugal crioulo através do título que Augusto Casimiro atribuiu a uma das suas obras. Aí são descritos os mais variados aspectos relacionados com os costumes, as tradições e o ambiente do arquipélago, tentando patentear a idiossincrasia de um Cabo Verde que ele convocava a ser interpretado como uma espécie de Portugal, fundido naquelas ilhas pelo tempo e pelo dinamismo que a metrópole ali imprimiu desde o século XV. Mais do que uma tentativa de explicitação da realidade do arquipélago, o Portugal Crioulo elabora e põe em destaque uma espécie de narrativa fundacional de origem e do surgimento de Cabo Verde através da obra criadora da metrópole que lhe insuflou vida. Assim, ficou explicitado que “a criação do Portugal crioulo precedia, no seu processo, mas em menor escala, a realização do Brasil” (CASIMIRO, 1940, 84).

Não podemos esquecer que uma das particularidades do processo de reprodução de determinadas representações sobre Cabo Verde postas em destaque pela Claridade, consistia na identificação e utilização de certos elementos culturais específicos do arquipélago passíveis de corroborar a ideia da sua singularidade. Um dos exemplos bem explícitos desta apropriação está na valorização do aspecto linguístico, através da publicação de poemas em crioulo logo nos primeiros números da revista. Convém salientar que a publicação do crioulo não constituía uma peremptória demarcação identitária de contestação da diferença e da necessária ruptura com a metrópole, mas sim uma marcada demonstração da adaptação do encontro, em Cabo Verde, das heranças linguísticas da metrópole com as das culturas afro-negras. Baltasar Lopes salienta que, em resultado do nível de aceitação, a linguagem do arquipélago se aproximava cada vez mais do português da metrópole, não no sentido da substituição do crioulo pelo português mas por via de uma reconstrução fonética. Contudo, mais adiante, ele não deixa de manifestar algum sentido realista ao considerar que “por mais que o dialecto crioulo de Cabo Verde evoluísse no sentido da aceitação, nunca atingiria o grau de aproximação do reinol” (LOPES, 1947, pp.19 e 21). Porém, a cautela realista desta posição não punha em causa a sua ideia de aproximação do crioulo ao português da metrópole. Associado ao crioulo, como resultado produzido através da aventura colonial portuguesa no arquipélago, ficou também presente a valorização do homem crioulo como aquele que teve a acção preponderante na vida histórica do dialecto, o que explicava a influência em Cabo Verde do étnico não-europeu na simplificação do português. Resulta daí, a ideia que o crioulo é tão indissolúvel e está tão enraizado no solo do arquipélago como o próprio indivíduo, constituindo assim a linguagem das ilhas

num resultado da “experiência românica nos trópicos”. Dessa experiência, Baltasar chega a afirmar, por exemplo, que o caboverdiano é um tipo “linguística e culturalmente definido, irmão do brasileiro”, acrescentando entretanto que a acção intensa da cultura europeia tinha de se contentar, no plano linguístico, com os expedientes a que ele tinha anteriormente aludido – expedientes compensatórios (fonéticos, lexicais, até em certa medida, morfológicos e sintácticos) (LOPES, 1947, pp.20, 21 e 22).

Ao longo da década de 1940 são frequentes os exemplos de apropriação de alguns elementos culturais que permitem traçar um enquadramento justificativo de que, no arquipélago, as heranças africanas tinham sido transfiguradas ou metamorfoseadas por um processo de adaptação de motivos europeus. Por exemplo, este facto está patente nos textos de Baltasar Lopes sobre o folclore poético da ilha de Santiago, onde ele reconhece a origem africana do batuque ou do finaçon, mas sem deixar de lhes atribuir um certo carácter de romanceiro, embora sem regularidade métrica. Baltasar vai mais longe ao considerar que não parecia descabido aventar a hipótese da sobrevivência de temas da poesia portuguesa continental (nos seus aspectos líricos e satíricos) no folclore poético de Santiago, assim como era de opinião que as cantigas da ilha do Fogo, em vários aspectos, evocavam irresistivelmente as cantigas de mal-dizer. Baltasar afirma que a aculturação de temas peninsulares com sobrevivências e culturas africanas no batuque deu origem ao novo colorido no batuque da ilha de Santiago. Por isso, mesmo em jeito de interrogação, não receia em manifestar que o batuque tinha sido subsidiado pelo “influxo da cultura poética” (LOPES, 1949, p.50). Sendo assim, torna-se evidente que estamos perante um discurso de sobrevalorização das heranças metropolitanas presentes nas manifestações culturais do arquipélago, através do enaltecimento da sobrevivência dos aspectos poéticos, líricos e satíricos das cantigas ibéricas. Segundo Russel Hamilton, “não se admira que Baltasar Lopes diminua os elementos africanos a favor da hipótese de que a maior influência vem de formas poéticas ibéricas, como as cantigas de maldizer medievais” (HAMILTON, 1984, p.113). Mais do que diminuir os elementos africanos em benefício da maior influência das formas poéticas ibéricas, também não podemos deixar de considerar que, em parte, as considerações de Baltasar podiam estar a pecar por falta de algum rigor epistemológico, condicionado até ao tempo, pela falta de conhecimento e de contacto directo com o batuque. Aliás, estas limitações (pelo menos até à data da redacção e publicação do seu texto), são confirmadas pelo próprio Baltasar, ao revelar nunca ter assistido a um batuque, e da ilha de Santiago conhecer apenas a capital (cidade da Praia), mas em rápida passagem, no acaso de uma escala, em viagem marítima. Salienta ainda que as informações que possuía sobre o batuque tinham sido recolhidas, durante anos, a partir de informadores que ele considera serem seguros (LOPES, 1949, p.43). Todavia, não podemos perder de vista que a preocupação fundamental estava no trabalho de abordar a imagem do arquipélago, no equilíbrio das concepções daquilo que definia os níveis de “civilização” ou de “barbárie”. Por isso, se o intuito principal estava, primeiramente, em exaltar os códigos e os elementos da comunidade cultural do arquipélago até então entendidos como sendo adaptação de motivos europeus, a sua justificação teórica dada a público nalguns textos da Claridade pretendia asseverar afirmativamente o grau de aproximação cultural do arquipélago em relação à categoria de mundo civilizado e, por conseguinte, o seu relativo afastamento em relação às heranças ou reminiscências consideradas “selvagens” (BARROS, 2008, pp.201-205).



Imagem da Moeda de 1000 escudos de Cabo Verde em prata celebrando o Tratado de Tordesilhas

Para além da sobrevalorização da matriz metropolitana na fundação e construção do Cabo Verde colonial, não podemos deixar de chamar a atenção para determinados pormenores da linguagem que encontramos alojados na construção dos discursos e designações em torno da representação do arquipélago durante o período em análise. Um aspecto importante a considerar prende-se com as diferentes modalidades de referência e de enunciação daquilo que se pensava constituir o legado europeu metropolitano e o legado africano na formação social e cultural do arquipélago. A elaboração discursiva em torno destes legados manifestou ser tributária de concepções hierarquizantes e assimilacionistas, profundamente ancoradas nas perspectivas etnocêntricas em que assentava o pensamento colonial da época. Por exemplo, aquilo que se imaginava ser de matriz metropolitana ganhava designações apoteóticas como “influxo da cultura reinol”, “experiência românica nos trópicos”, “processus sui generis absolutamente portuguez”, “adaptação de motivos europeus”, “a vitalidade e a persistência das tradições introduzidas em Cabo Verde pelos colonizadores portugueses”, enquanto as referentes à África ou ao suposto legado afro-negro ganhavam conotações depreciativas como “reminiscência selvagem” (LOPES, 1947, p.19) ou “sobrevivências da África negra”, “meras sobrevivências que há muito entraram definitivamente nos domínios do folclore” ou simplesmente “petrificação de insignificantes resíduos de culturas ultrapassadas” (MONTEIRO, 1958, pp.11, 20 e 21). Não restam dúvidas que a marca distintiva deste tipo de linguagem reside na sua pretensão de traduzir claramente a ideia de que eram as heranças de matriz lusa que cunhavam a especificidade caboverdiana. Este facto valeu-lhe uma dimensão discursiva superior face à subalternidade que subjaz à consideração das heranças africanas categorizadas de “selvagens”, de meras “reminiscências”, ou ainda de só serem válidas depois de passarem pelo processo catártico de “perda ou esquecimento da herança cultural mais velha” em benefício da aceitação da cultura europeia (LOPES, 1947, pp.18-19). As referências às heranças africanas como sendo meras “reminiscências” ou meras “sobrevivências” remetem para uma noção de temporalidade preenchida por memórias ou lembranças muito vagas e ténues de algo cujas origens já mal se vislumbravam, uma vez que as suas raízes tinham ficado para trás, mergulhadas numa África que se imaginava selvagem, pitoresca e longínqua, da qual se pensava que o arquipélago, cultural e “civilizacionalmente”, se tinha distanciado. Uma manifestação exemplificativa desta asserção encontra-se numa indagação formulada por João Lopes sobre o limite da “influência eugénica das levas afro-negras”, à qual dá uma resposta categórica: “não sabemos, mas é de atender a que a prolongada miscigenação de cinco

séculos obliterou o vigor das camadas invertidas na colonização” (LOPES, 1937, p.6).

Não podemos perder de vista que a construção hermenêutica do mito da especificidade caboverdiana foi paulatinamente embalsamada pelas ideias lusotropicalistas de Gilberto Freyre, cujas pretensões explicativas, em 1940, transcenderam o espaço brasileiro para incorporar outros “domínios” considerados portugueses. Nesta década, as suas perspectivas tiveram um acolhimento favorável em Cabo Verde, a ponto de se declarar que o “eminente sociólogo brasileiro” Gilberto Freyre, nas suas conferências na Europa reeditadas, em 1940, (com o título *O Mundo que o Português Criou*), apresentava um ponto de vista rico de sugestões que iam ao encontro daquilo que se pensava ser a tenacidade românica nos territórios ultramarinos de cunho português, reconhecendo que “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura” (LOPES, 1947, p.15; FREYRE, 1940, p.39). Nesta perspectiva, o arquipélago era incontestavelmente apresentado como pertença e parte integrante do mundo considerado lusotropical, beneficiando, juntamente com o Brasil, de uma certa precedência temporal em relação ao que viria a constituir a civilização lusotropical: “colonização sedentária nos trópicos, de base agrária, com formação de uma população nova e de uma civilização antes inexistente, só no Brasil e em Cabo Verde” (LOPES, 1947, p.22). Sob o signo da fidelidade na apropriação dos postulados de Freyre para a interpretação da realidade social e cultural de Cabo Verde, desenvolve-se, a partir de 1936 e ao longo de toda a década de 1940, uma espécie de idolatria, tanto em relação às obras como também em relação ao apóstolo do lusotropicalismo. Isto é, uma idolatria manifestada na veneração prestada pela revelação que foi o contacto dos intelectuais em Cabo Verde com a obra *Casa Grande & Senzala*, a ponto de alguns chegarem a afirmar que “o entusiasmo foi tanto que [de entre eles] houve quem dormisse com *Casa Grande & Senzala* na banquinha da cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes lêem as Sagradas Escrituras” (SOUSA, 1951, p.31). Ao mesmo tempo crescia também a ânsia de um dia ver o sociólogo pisar as ilhas daquele arquipélago a ponto de, aquando do anúncio oficial da visita de Freyre a Cabo Verde em 1951, a convite do Estado Novo salazarista, um dos membros da revista *Claridade* ter pronunciado: “raiou finalmente para Cabo Verde o dia de tam anciada visita. Este pedaço do mundo definido pelo eminente sociólogo, há muito tempo que andava a sonhar com a vinda do autor de *Casa Grande & Senzala*” (SOUSA, 1951). Todavia, entre a visita do sociólogo brasileiro ao arquipélago e as suas considerações posteriores na não confirmação de Cabo Verde como um caso bem sucedido do mundo lusotropical, à semelhança do Brasil, ficaram goradas as expectativas, originando assim mágoas e desilusões no seio da intelectualidade caboverdiana na sequência das perspectivas por ele apresentadas sobre o arquipélago.

A década de 1950 representa o período em que a construção hermenêutica do mito da especificidade tinha todas as condições possíveis para se articular na perfeição com a retórica do nacionalismo imperial do Estado Novo, tendo em conta a exaltação da nação portuguesa sob a metáfora de um império multirracial e pluricontinental, e toda a colagem ideológica e propagandística que se desenvolveu em torno do mito do colonialismo e do colono português como sendo portadores de valores universais e tendencialmente propensos à transmissão desses mesmos valores aos povos colonizados. Não deixa de ser importante referir que, simultaneamente, estes mitos coloniais e imperiais estavam a ser postos em causa pela efervescência das ideologias de

pendor emancipatórias e anti-coloniais que refutavam a razão nacional, racial, messiânica e civilizadora do regime. Contudo, face à contestação revolucionária e anti-colonial, o Estado Novo não dispensou a violência (através da deportação e das prisões) como parte integrante da tentativa de acção de resgate da suposta ordem que mantinha a regulação colonial (BARROS, 2008, pp.77 e segs.). Em 1955, Osório de Oliveira considerou que a originalidade portuguesa de Cabo Verde e a diferença que a separava de Portugal, ou seja, que imprimiu características psicológicas próprias à população daquela província advinha, sobretudo, do facto de se tratar de ilhas situadas nos trópicos: “tão europeus, nos seus usos e costumes, como os portugueses da Metrópole os crioulos possuem qualidades próprias, dignas de apreço” (OLIVEIRA, 1955, 20 e 34-35). Contudo, em 1957, nas malhas dos discursos oficiais produzidos internamente no arquipélago, perpassava a decepção de que o fenómeno cultural caboverdiano continuava a ser “mal estudado e mal conhecido”. Ou seja, mesmo depois da desilusão amarga provocada pela interpretação do sociólogo brasileiro sobre a pouca predominância do luso no ambiente social e cultural do arquipélago, continuava ainda permanente a tendência para equiparar Cabo Verde ao Brasil sob a justificação de que em ambos “(...) os princípios e os métodos [entenda-se, da acção colonial portuguesa] foram os mesmos, um só obreiro, iguais os resultados alcançados”; no caso da obra de Cabo Verde, era legítimo propalar sobre o nascimento de “um grupo étnico individualizado”, característico, “mas, incontestavelmente, de feição e alma lusíadas”: daí nasceu então uma “província portuguesa diferente das metropolitanas, como estas o são entre si” (FONTES, 1957, pp.4, 5 e 7).

Aliás, em 1960, esta ideia foi posteriormente corroborada e reforçada por Pedro de Sousa Lobo, sobretudo quando afirma que Cabo Verde bem merece a designação que já lhe foi atribuída de “Portugal Crioulo”. Assim, na linha de uma perspectiva valorativa da imagem do arquipélago, João de Sousa Lobo não deixou de solenizar, de forma admirada e interrogativa, a obra colonial que Cabo Verde representava: Que se teria passado em Cabo Verde, ‘onde a infusão do sangue branco é tão débil quanto é forte a sua influência de civilização’, para explicar uma evolução única entre os nossos territórios ultramarinos, essa admirável simbiose que é a criação, em pleno Trópico, de mais uma autêntica província de Portugal, indiferenciada (sobretudo sob o ponto de vista cultural) das províncias irmãs metropolitanas? (LOBO, 1960, p.64).

Nesta sequência, Pedro de Sousa Lobo cristaliza a ideia da pertença de Cabo Verde à “unidade de sentimento e cultura” que caracterizava o paraíso lusotropical (Portugal, Brasil, África e Índia portuguesas, Madeira, Açores) tal como foi referido por Gilberto Freyre. Ao mesmo tempo, cristaliza também a mestiçagem que ele considera ter redundado na “criação e permanência” daquela sociedade crioula e na formação de um “tipo étnico (cultural e sociologicamente falando) tão original no ultramar, que, embora dentro do mesmo bloco ou unidade de sentimento acima referido, não deixa de ter uma “personalidade inconfundível” (LOBO, 1960, p.65). A partir daí, não restam dúvidas que o mito da especificidade está para o caso caboverdiano assim como o mito da propensão natural dos portugueses para a adaptação nos trópicos está para a colonização portuguesa. É na esteira destas concepções que encontramos alojados os vários argumentos em torno do regionalismo e da especificidade caboverdiana, profundamente ancorados numa herança de pendor colonial cujo legado, ainda hoje, continua a povoar o imaginário caboverdiano: “cultural e sociologicamente, Cabo Verde já não é África, embora etnicamente não seja Europa” (LOBO, 1960, p.67). Portanto, de um discurso

fortemente insuflado pelos mitos coloniais e imperiais, patenteou-se tanto o regionalismo caboverdiano, como também o mito da sua especificidade, ficando ambos discursivamente validados pela justificação apoteótica de que o arquipélago, “sociológica e culturalmente falando”, não constituía uma “entidade social em conflito condutista com o mundo lusíada” em que estava politicamente integrado (LOBO, 1960, p.67).

Notas finais

Não há dúvidas que o mito da especificidade caboverdiana está na base de algumas reminiscências coloniais cuja força, ainda hoje, contribui para a representação cultural do arquipélago como pertença identitária estilhaçada entre dois mundos “culturais” e “civilizacionais”. São vários os campos de manifestações dessas reminiscências, desde as mais simplistas representações construídas pelo senso comum, passando por certos discursos saudosistas tendencialmente insuflados por heranças de tipo colonial e lusotropicalista que, para além de desconsiderarem os contextos produzidos pela relação colonial, insistem sempre na singularidade imaculada da relação que o poder colonial estabeleceu em Cabo Verde e com os caboverdianos e destes com as restantes colónias.

Muitas vezes esquecemos que a singularidade é um traço transversal a todas as sociedades e culturas. A elevação de Cabo Verde à condição de cultura original ou específica significa, simplesmente, desconsiderar e destituir os demais grupos das suas especificidades, reduzindo-os a uma representação simplista, colonial e monolítica, como se eles fossem desprovidos dessa aura legitimadora da própria originalidade caboverdiana. Mesmo no interior do império não podemos negligenciar que foram diferentes e diversas as experiências históricas que conferem a especificidade de cada uma das colónias, assim como foram diversos os contextos de relações de poder que imprimiram dinâmicas históricas próprias em cada uma delas, mesmo quando se estava sob o domínio da mesma metrópole.

Em síntese, podemos assegurar que o discurso elaborado a partir da década de 1930 sobre a justificação da especificidade caboverdiana é profundamente tributário e celebratório do “valor do esforço ultramarino” e da obra colonial portuguesa acabando, indirectamente, por corroborar o apelo nacionalista da metrópole na afirmação apologética da sua messiânica capacidade colonizadora e civilizacional: legitimava o suposto “direito” e “capacidade” de Portugal como povo colonizador; exaltava a afinidade (social, moral e cultural) do arquipélago com a metrópole; validava o mito de que Portugal tinha sido reproduzido no arquipélago, embora com as devidas adaptações impostas pela condição insular e tropical. Assim, fica mais do que evidente que, para além da singularidade do arquipélago no contexto do mundo colonial português, o que se pretendia fazer sobressair era a particularidade lusa desta singularidade, silenciando as demais dimensões co-participantes na construção do Cabo Verde colonial. Portanto, se o império constituía o destino sempre presente no imaginário colectivo português, a reivindicação da especificidade caboverdiana representava, precisamente, o cumprimento desse desígnio que dava razão à finalidade da missão da metrópole e conferia sentido ao próprio império.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. 1ª Ed. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política de Identidade*. 1ª Ed. Oeiras: Celta Editora, 2000.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre: UFRGS. Praia (Cabo Verde): INIPC, 2002.

BARROS, Víctor. “As «sombas» da Claridade: entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista”. In: TORGAL, Luís Reis et all (Coord.). *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp.193-217.

CASIMIRO, Augusto. *Portugal Crioulo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1940.

CASTELO, Cláudia. «*O Modo Português de Estar no Mundo*»: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. 2ª Ed. Porto: Paisagem Editora, 1975.

FERNANDES, Gabriel. *A Diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC. Praia (Cabo Verde): Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FONTES, Eduardo Vieira. “*O fenómeno cultural cabo-verdiano*”. Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação, nº.98, Ano IX, Praia, 1 de Novembro, 1957, pp.4-7.

FREYRE, Gilberto Freyre. *O Mundo que o Português Criou*. 2ª Ed. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», 1940. _____. *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil», 2003.

HAMILTON, Russel G. *Literatura Africana Literatura Necessária II*. Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Lisboa: Edições 70, 1984.

LOBO, Pedro de Sousa. “*A originalidade humana de Cabo Verde*”. Claridade, nº.9, São Vicente, Cabo Verde, Dezembro, 1960, pp.64-69.

LOPES, Baltasar. “*As Ilhas Adjacentes de Cabo Verde*”. Notícias de Cabo Verde, nº.10, Ano I, São Vicente, 25 de Julho, 1931. _____. “*Uma Experiência Românica nos Trópicos I*”. Claridade, nº.4, São Vicente, Cabo Verde, Janeiro, 1947, pp.15-22.

LOPES, Baltasar. “*O Folclore Poético da Ilha de S. Tiago*”. Claridade, nº.7, São Vicente, Cabo Verde, Dezembro, 1949, pp.43-51.

LOPES, João. “Apontamento”. *Claridade*, nº.1, São Vicente, Cabo Verde, Março, 1936, p.9. _____ . “Apontamento”. *Claridade*, nº.3, São Vicente, Cabo Verde, Março, 1937, p.6.

LUCAS, Maria Manuela. “*A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)*”. *Revista de História das Ideias*, Vol.14, Coimbra, 1992, pp.297-324. _____ . “*Cabo Verde: A Geração de 1890 e a Construção da Identidade Nacional*”. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI – Vol.2, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002/2003, pp.283-302.

MARTINS, Rui Cunha. *O Método da Fronteira. Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. 1ª Ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MONTEIRO, Félix. “*Bandeiras da Ilha do Fogo. O Senhor e o Escravo Divertem-se*”. *Claridade*, nº.8, São Vicente, Cabo Verde, Maio, 1958, pp.9-22.

NETO, Sérgio. *Colónia Mártir, Colónia Modelo: Cabo Verde na Imprensa Ultramarina Portuguesa (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. _____ . “*Periódicos de temática ultramarina: cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do Jornal da Europa (1927-1931)*”. *Estudos do Século XX*, nº.8, 2008, pp.317-328.

OLIVEIRA, José Osório de. “*As Ilhas Adjacentes de Cabo Verde I*”. *Seara Nova*, nº.123, Ano VII, 28 de Junho, 1928, pp.53-56. _____ . “*As Ilhas Adjacentes de Cabo Verde II*”. *Seara Nova*, nº.124, Ano VII, 12 de Julho, 1928, pp.71-76. _____ . “*Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil*”. *Claridade*, nº.2, São Vicente, Cabo Verde, Agosto, 1936, p.4. _____ . *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde*. Porto: Companhia Nacional de Educação de Adultos, Oficinas da Imprensa Portuguesa, 1955.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Coimbra, 2007. Dissertação (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos: Império, Guerra e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “*Portugal Entre o Passado e o Futuro. Reencontro da Tradição Atlântica*”. Separata de EL DIA DESPUÉS. España y sus ex-colonias tras el Desastre del 98. Madrid, 1998, pp.257-290.

SILVESTRE, Osvaldo. *A Aventura Crioula Revisitada: Versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira*. In: BUESCU, Helena Carvalho & SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). ACT 6 – Literatura e Viagens Pós-coloniais. Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp.63-103.

SOUSA, Teixeira de. “*Uma visita desejada*”. Cabo Verde. Boletim de Propaganda e

Revista Estudos Políticos
ISSN 2177-2851
Número O – 2010/01

Informação, n.º.27, Praia, Dezembro, 1951, pp.31-32.

TORGAL, Luís Reis. “*Muitas Raças, Uma Nação ou o mito de Portugal multirracial na «Europa» do Estado Novo*”. Estudos do Século XX, n.º.2, Coimbra, Edição CEIS 20, Quarteto Editora, 2002, pp.147-165.

VENÂNCIO, José Carlos. *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias: Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Vega, 1996.